

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

PANORAMA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Cenário de excessiva litigiosidade x custo x efetividade

EXECUÇÕES FISCAIS

40% do Estoque de processos
(30 milhões)

CUSTO MÉDIO DE

UMA EF

R\$ 4.685,39

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA FEDERAL

R\$ 1.8 trilhões (2016)

RECEBIMENTO

Cerca de 1%

TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

91,9%

Duração média de um processo
tributário: 9 anos

Taxa de Congestionamento Total e Líquida, por Justiça



ALAVANCADORES DOS MODELOS ALTERNATIVOS

O QUÊ DÁ FORÇA AO MODELO ALTERNATIVO?

- Morosidade
"A incapacidade do Judiciário dar respostas no timing que a sociedade/empresariado exige"
(Luis Adams)
- Ineficiência
- Déficit da atividade estatal jurisdicional
- Vantagens do modelo

Demanda por um "sistema multiportas"

Contencioso
Administrativo

Contencioso
Judicial

Arbitragem

Transação, conciliação,
etc.



Desafios para implantação no Brasil

8

O "mito" da indisponibilidade do crédito tributário

Necessidade de lei

Questões arbitráveis

Confidencialidade

Isonomia

Competência tributária pulverizada no Brasil

Competência da autoridade fiscal para a arbitragem x responsabilidade funcional

Critério para definição das câmaras arbitrais e eleição de árbitros

PRÓXIMOS PASSOS

Identificar o que é
(e se é) possível
fazer sem
alteração
legislativa

Aprender com a
experiência da
Arbitragem com a
Administração
Pública

Ampliar discussão
do assunto na
comunidade
jurídica:
vantagens,
“gargalos” e
confortos

Mudança do
mindset da
Administração
Pública

Alinhamento de
vontades

Fortalecimento da
Exposição de
motivos do PL

Atualização
legislativa

Força conjunta
para a retomada
do processo
legislativo

Apoio político